

08/05/2015



45

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Caem as máscaras do Governador Alckmin e do Secretário Herman Promessas não eram verdadeiras!

POR ISSO, A GREVE CONTINUA!

Próxima assembleia será no dia 15 de maio, sexta-feira, às 14 horas, no Vão Livre do MASP

Desde o início da nossa greve, em 13 de março, o Governo vem batendo em algumas teclas para tentar nos caracterizar como intransigentes e indispostos ao diálogo e à negociação.

Dizia que apresentaria, em abril, depois em maio, uma proposta de política salarial para quatro anos. Dizia que tinha prontos projetos de lei para acabar com a duzentena e para garantir assistência médica aos professores da categoria O no IAMSPE.

Pois bem, tudo isso caiu por terra na audiência de conciliação realizada no Tribunal de Justiça em 7 de maio. Além de não apresentar nenhuma proposta e de recusar a proposta feita pelo Ministério Público de repor a inflação do período, mais aumento real de 1% ou 2% e mesa de negociação, o Secretário Herman recuou da proposta de política salarial (dizendo que a análise dessa possibilidade ficará para o mês de julho) e disse ainda que os projetos de lei para os professores da categoria "O" estão em fase de "estudos"; ou seja, nada está garantido.

Isto é o mais completo absurdo! Como pode o

Governador do Estado ser tão irresponsável, depois de dar declarações aos meios de comunicação assegurando os pontos acima? Como pode Herman Voorwold permanecer no cargo de Secretário da Educação após tanto descaso para com os professores e estudantes das escolas públicas estaduais?

Nossa resposta é a continuidade da greve

Por isso os 40 mil professores presentes à assembleia estadual realizada nesta sexta-feira, 8 de maio, no Vão Livre do MASP, deliberaram: A GREVE CONTINUA!

Não aceitamos esse tipo de resposta do Governo e vamos insistir na nossa luta. Agora, temos ainda um processo de dissídio tramitando no Tribunal de Justiça. O Governo não poderá mais manipular dados impunemente, pois em juízo poderemos questionar uma série de falsificações que têm sido veiculadas pelo Governador e pelo Secretário da Educação por meio de parte da mídia.

Contradições do Governo Estadual

Na audiência ocorrida no Tribunal de Justiça de São Paulo, a Presidenta da APEOESP, professora Maria Izabel Noronha, teve a oportunidade de confrontar o Secretário com inúmeras contradições, entre elas:

- a) Diz que vai propor uma política salarial para quatro anos e, no entanto, não se dispõe a propor um índice de reajuste salarial para 2015, alegando que precisa estudar o orçamento e a arrecadação. E para os demais três anos? Não precisa ter dados do orçamento e da arrecadação?
- b) Afirmou que as alterações na carreira construídas na Comissão Paritária estão beneficiando a categoria. No entanto, esclarecemos ao Vice-Presidente do TJ, que conduzia a reunião, que as evoluções funcionais pela via não acadêmica estão todas paradas nas diretorias de ensino há um ano e que a promoção na carreira, via prova de mérito, não beneficia mais que 10 mil professores, num universo de mais de 230 mil docentes.
- c) Em declarações à imprensa, o Governo Estadual falseia a realidade ao dizer que a data-base é em julho. Em 2006, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou a Lei Estadual 12.391, sancionada pelo então governador Cláudio Lembo, fixando a data base do funcionalismo em 1º de março. Esta lei não foi revogada e a lei complementar 1143/11, que criou os reajustes anuais no mês de julho entre 2011 e 2014 já cumpriu seu prazo de validade.

Intensificar a greve nas regiões

Não há, portanto, perspectiva de negociação com este governo, com este Secretário, sem a continuidade da greve. Temos que permanecer parados, para forçar a negociação, agora também com possibilidades de alguma solução no âmbito do Tribunal de Justiça.

Será nomeado um juiz relator e o julgamento do dissídio, que será realizado por um órgão especial do Tribunal de Justiça, pode ocorrer em até quinze dias.

Ato de desagravo aos professores em greve

Realizado na Praça da Sé, no dia 7 de maio, o ato reuniu mais de 5 mil pessoas e contou com a presença de dezenas de representantes de centrais sindicais, entidades sindicais, estudantis, da

sociedade civil organizada e personalidades.

A ampla representatividade deste ato mostra a força do nosso movimento e alcance social da nossa luta. O desagravo foi extensivo aos professores de outros estados que estão em campanha salarial e contou com presença de representantes da APP (Paraná) e do SINTEPE (Pernambuco).

Calendário

Os professores aprovaram a continuidade da greve e do acampamento na Praça da República, seguindo depois em caminhada pela Avenida Rebouças até a Marginal Pinheiros, onde realizaram um breve ato, encerrando as atividades no Largo da Batata.

Aprovaram ainda o seguinte calendário de atividades:

Dias 11 e 12 de maio, segunda e terça:

Visita às escolas, realização de atividades nas proximidades das unidades escolares, ruas e praças, com carros de som, panfletagens, “pedágios” no trânsito etc.

Dia 13 de maio, quarta-feira:

09h00 – colagem de cartazes e holerites em tamanho ampliado na sede da Secretaria Estadual da Educação, enquanto ocorre a reunião entre a diretoria da APEOESP e o Secretário da Educação.

Dia 14 de maio – quinta-feira:

Reuniões de comandos, assembleias e manifestações regionais.

Dia 15 de maio – sexta-feira:

14h00 - Assembleia estadual no vão-livre do MASP (avenida Paulista).

No período devem ser realizadas atividades de coleta de recursos para o fundo de greve.

Também deve ter continuidade a “Operação Caça Alckmin”, reunindo professores de todas as subsedes e cidades da região onde esteja o Governador.

Imprensa divulga queda da liminar que determina que os dias parados não podem ser descontados

No momento em que fechávamos este boletim, órgãos de comunicação publicavam que a Justiça cassou a liminar concedida em Ação Civil Pública impetrada pela APEOESP para que não haja desconto salarial pelos dias da paralisação e corte de ponto.

Estamos aguardando confirmação oficial e, como já foi informado anteriormente, recorreremos até a última instância para que o direito legal de greve seja respeitado, tendo em vista que há decisões favoráveis do Supremo Tribunal Federal em casos semelhantes.